

POLÍTICA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E DIFUSÃO DO NEOLIBERALISMO NO MEIO OPERÁRIO

TROPÍIA, Patrícia Vieira - PUC-Campinas – tropia@uol.com.br

GT: Trabalho e Educação – nº9

Agência Financiadora – Sem Financiamento

Introdução

Na década de 1990, o movimento sindical brasileiro viveu um momento de refluxo, cuja explicação deve ser buscada nas circunstâncias econômicas, políticas e ideológicas que caracterizam o capitalismo contemporâneo, na sua versão neoliberal. Relativamente aos anos de 1980, o número de greves caiu, inclusive o de greves gerais¹; o setor público – certamente o mais penalizado com a política de ajuste fiscal – sofreu sete anos sem reposição salarial, bem como com a ampliação das demissões e a contenção dos gastos públicos. Pressionado por esta situação, diminuiu tanto o número de greves no setor público, quanto a participação dos servidores nos movimentos grevistas. O padrão das greves também se modificou – as greves de categoria perderam importância para as greves por empresa –, houve uma pulverização das negociações e as reivindicações salariais foram suplantadas por aquelas relativas ao descumprimento dos acordos coletivos e pela defesa da estabilidade no emprego (Dieese, 2001a). Por fim, as estratégias de confrontação e as ações de massa, defendidas e praticadas pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) nos anos 80, acabaram sendo, em alguns episódios, substituídas pela negociação de cúpula com os governos neoliberais. Finalmente, as experiências de formação política, construídas pela CUT nos anos de 1980, foram substituídas por uma política de qualificação e requalificação profissional, implementada pelos próprios sindicatos.

Este recuo resulta tanto de fatores econômicos quanto políticos e ideológicos. A queda nas taxas de crescimento econômico, a redução dos níveis de emprego, o deslocamento de indústrias para o interior e outros estados, a ameaça de recessão ao longo da década de 1990 e o aumento da informalidade enredaram o movimento sindical, tanto mais porque todos estes fatores foram acompanhados por uma austera política de controle dos gastos públicos – o que agravou a situação econômica e social do País, pois, sem investimentos estatais diretos, tanto na produção quanto na geração de empregos, a retomada do crescimento ficou muito comprometida.

¹ Sobre as greves nos anos de 1980, ver Sandoval (1994) e Noronha (1991).

No Brasil, se os movimentos sociais tiveram que enfrentar, desde a vitória de Collor, um governo determinado na implementação de uma política econômica recessiva – evidentemente desfavorável aos trabalhadores –, sua capacidade de resposta acabou sendo minada pela ofensiva anti-socialista e anti-marxista que contaminou alguns setores da esquerda sindical e partidária. Este impacto foi ampliado com a ofensiva da "nova direita", e de seus *slogans* ideológicos prediletos como "fim da história", "fim das ideologias", "fim da luta de classes". Um sintoma deste impacto foi a mudança das estratégias políticas de partidos como o PT e a revoada de intelectuais do campo crítico para as teorias "pós-modernas" ou "pós-marxistas". Diante de tudo isso, o movimento sindical recuou e refluíu.

Se tomarmos este refluxo de forma homogênea e mecânica, isto é, como se o movimento sindical fosse um bloco monolítico e apenas vítima de uma situação política e ideologicamente desfavorável, não entenderemos a dinâmica da luta sindical travada no Brasil na década de 1990, nem conseguiremos explicar a criação e o crescimento de uma central que aderiu ao neoliberalismo: a Força Sindical.

A Força Sindical foi criada um ano após a posse de Fernando Collor de Mello, em pleno período recessivo, momento em que os movimentos sociais organizados no campo da esquerda ainda se refaziam da derrota de Lula e o sindicalismo procurava reagir às perdas produzidas pelo primeiro plano de estabilização implantado por aquele governo. No plano sindical, a criação da central representou uma ofensiva dos setores à direita da CUT. A CUT possuía, até então, a hegemonia no interior do aparelho sindical oficial – ainda que não fosse numericamente majoritária. Com a criação da Força Sindical, este quadro é abalado, já que entre as estratégias da nova central estava a disputa pela hegemonia no sindicalismo. No plano político-ideológico, a Força Sindical foi o resultado de uma frente conservadora que conseguiu aglutinar duas correntes sindicais, o "velho peleguismo" e o "sindicalismo de resultados", sob a égide do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (SMSP)². O SMSP, tradicional reduto do peleguismo e berço do "sindicalismo de resultados", dirigiu esta frente conservadora para o neoliberalismo. A adesão da Força Sindical ao neoliberalismo ocorre no plano

² O termo peleguismo surgiu de uma palavra nativa, o "pelego" – expressão através da qual os sindicalistas combativos se referiam àquelas lideranças que, ao bajular os patrões, buscavam amortecer o conflito entre capital e trabalho. Apesar de ser uma categoria nativa forjada no combate político prático, a expressão peleguismo alude a um fenômeno sociológico de fundamental importância para a compreensão do sindicalismo no Brasil.

político e ideológico, mas não é irrestrita. A central apoiou ativamente as políticas de privatização, de desregulamentação e de redução dos gastos públicos com as políticas sociais e difundiu aspectos da ideologia neoliberal para suas bases. Em contraposição, a Força Sindical resistiu à abertura econômica, cuja principal consequência foi a redução de aproximadamente 50% dos postos de trabalho na metalurgia na região metropolitana de São Paulo.

Neste trabalho, analisaremos: 1) a adesão da Força Sindical à política de redução de gastos públicos, mais precisamente o apoio da central à redução da esfera de influência do Estado na educação pública e básica e à substituição do Estado pelos próprios sindicatos na oferta de qualificação profissional, e 2) o papel das lideranças sindicais na difusão da ideologia da empregabilidade, ideologia que mascara as reais causas do desemprego, responsabiliza trabalhadores pelo emprego e retira dos sindicatos a função de lutar pelos direitos trabalhistas. Tal política tem a função mais geral de reproduzir a dominação capitalista, na forma como ela se configura na periferia do sistema imperialista.

Ação Sindical no contexto neoliberal: a Força Sindical

Quando a Força Sindical foi criada em 1991, a maioria dos sindicatos que ela aglutinou tinha uma origem urbana, do setor privado, com predomínio de industriários (IBGE, 1991; Martins Rodrigues e Cardoso, 1993). Do total de sindicalistas presentes no Congresso de Fundação, 60,3% provinham do ramo industrial, 28,5% do ramo do comércio e de serviços, 2,9% do setor público, 3,5% do setor rural e 4,8% de outros setores. Dentre os sindicatos do ramo industrial, predominavam metalúrgicos e trabalhadores na indústria de alimentos que, juntos, perfaziam um terço do total. Portanto, em sua origem, a Força Sindical obteve o apoio majoritário de sindicatos de pequeno porte, do setor privado, oriundos da indústria e de base interiorana, com pouca ou nenhuma capacidade de mobilização, sem tradição de filiação às demais centrais, mas considerável tempo de "militância" sindical.

Durante sua primeira década de existência, o perfil da Força Sindical pouco se alternou. Manteve-se predominantemente urbana, representante de sindicatos industriais (45%), do comércio (25%), de tamanho médio e situados no sudeste (concentrados em São Paulo) e no sul do País (Cf. IBGE, 2003). A Força Sindical chegou a fazer algumas

investidas, ao longo da década, sobre sindicatos de trabalhadores rurais e de servidores públicos. Contudo, tais investidas não tiveram o êxito esperado. Ao contrário, e por conta da adesão da central à plataforma neoliberal, ocorreram algumas dissidências – o que pode ser comprovado pela queda na porcentagem de sindicatos de funcionários públicos: o número de sindicatos filiados caiu de 5,8%, em 1995, para 4,1%, em 1998, a despeito de a central ter crescido 90,1% no período em questão.

Apesar das dissidências e outros reveses, é inquestionável o crescimento da Força Sindical em sua primeira década de vida. É, pois, curioso que tal crescimento tenha ocorrido durante a "era neoliberal" no País. Consolidada como uma central composta majoritariamente por sindicatos de trabalhadores do setor privado e industrial, cuja direção nacional também estava concentrada nestes setores, a Força Sindical atuará na conjuntura mediada pelos interesses, aspirações, conflitos e orientações de suas lideranças e de sua principal base social: os metalúrgicos da cidade de São Paulo.

Durante o Congresso de Fundação, 1.793 delegados sindicais reuniram-se em São Paulo, aprovaram o estatuto e elegeram Luiz Antônio de Medeiros o primeiro presidente da central. Os primeiros discursos de Medeiros procuraram distinguir a Força Sindical das demais centrais existentes: nem CUT, "central ligada a partido político", nem CGT, "entidade apática e desvinculada dos reais interesses da classe trabalhadora". A Força Sindical lançava-se como expressão "da modernidade" no movimento sindical. A marca que procurava veicular era a de uma central que aceitava o capitalismo, a economia de mercado e o predomínio da negociação sobre o sindicalismo de confronto. Pregava a maior eficácia do diálogo para a conquista dos benefícios, pois, como afirmava Medeiros, "a derrota não organiza os trabalhadores, o que organiza é a vitória e a vitória se conquista com o diálogo". Com este discurso conciliador, Medeiros buscou fortalecer o poder sindical da central, contando para isso com o apoio da burguesia e do governo. Tanto prestígio e publicidade tinham motivo: a Força Sindical armava-se para, no plano imediato, combater a CUT e alavancar uma proposta de modernização da economia e das relações de trabalho no Brasil.

Com uma prática que combinou um sindicalismo moderadamente ativo e reivindicativo no plano econômico a uma atuação conservadora, no plano político e ideológico, a central construiu um modelo de sindicalismo até certo ponto inovador para a realidade brasileira. Evidentemente, a Força Sindical não abriu mão dos recursos políticos advindos da estrutura sindical oficial, nem tampouco rechaçou o apoio de uma

massa de sindicatos pelegos e de carimbo. Mas, a Força Sindical acrescentou ao governismo dominante em suas bases o que os seus expoentes denominavam pragmatismo, ou seja, a inclusão de ações grevistas como forma de pressão na negociação salarial e de ações de massa pela adoção de medidas compensatórias contra o desemprego.

No plano político, contudo, a Força Sindical aderiu ao neoliberalismo. Esta adesão desenvolveu-se em duas frentes. A primeira foi de oposição à CUT e ao Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST)³. Ao longo dos anos 90, a central fez propaganda e agitação contra a linha política da CUT e, no caso do MST, criou a Força da Terra, um programa que, em parceria com o governo, procurou amortecer a luta popular pela reforma agrária. A segunda frente foi propositivamente neoliberal. A central engajou-se, ofensivamente, no processo de implantação da política estatal neoliberal, contribuindo, ao mesmo tempo, para a disseminação ideológica do neoliberalismo.

A Força Sindical apoiou e participou ativamente dos primeiros processos de privatização, da USIMINAS e da CSN, os quais, sem o apoio militante da central, teriam menor, ou sequer teriam, êxito. Como ocorreu este apoio? De um lado, a Força Sindical enfrentou a CUT, tanto na disputa pela direção dos sindicatos quanto na luta ideológica ao fazer propaganda contra a linha defendida por ela. De outro lado, a Força Sindical negociou junto às empresas e ao governo o montante de ações reservadas para os funcionários, incentivando-os a participar nos Clubes de Investimento. Para obter sucesso nesta dupla empreitada, a central soube explorar dois aspectos da ideologia neoliberal: 1) o privatismo entre os trabalhadores das empresas públicas privatizáveis – fomentando a ideologia do "trabalhador investidor" – e 2) a crítica ao padrão vigente de intervenção do Estado na economia entre os trabalhadores do setor privado – disseminando a concepção segundo a qual as estatais serviam de "cabide de emprego" para "apadrinhados" dos políticos profissionais e fonte de "privilegiados" para seus funcionários.

O segundo eixo da plataforma neoliberal defendido pela Força Sindical foi a desregulamentação dos direitos trabalhistas. Coerente com a proposta de livre negociação entre capital e trabalho, a Força Sindical priorizou a luta pela Participação

³ Em relação à CUT, apesar das efêmeras alianças construídas no terreno reivindicativo, predominou o confronto no campo político-ideológico.

nos Lucros e nos Resultados (PLR). Muito embora a Medida Provisória 794 que regulamentou a PLR tenha sido decretada em 1994, sindicatos da base Força Sindical (comerciários de São Paulo, metalúrgicos de Osasco, Guarulhos e São Paulo) vinham realizando acordos coletivos que instituíam, na prática, a PLR em algumas empresas, desde 1991. Defendida como uma forma de melhoria das condições salariais do trabalhador, esta forma de remuneração do trabalho pulveriza as negociações e favorece o avanço da remuneração variável, isto é, dependente do desempenho da empresa. A direção nacional da central também defendeu a substituição da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) por um "código de trabalho" (Força Sindical, 1993). Nas conjunturas em que ficou mais pressionada pelo aumento do desemprego, a central defendeu a implantação da desregulamentação na prática, ao "flexibilizar" a jornada de trabalho e o contrato de trabalho em empresas metalúrgicas de São Paulo. No início de 1992, em meio a uma onda de demissões em massa, o SMSP propôs a 'jornada flexível' em troca da estabilidade no emprego. Pela proposta, durante seis meses, as empresas poderiam aumentar em até 20% a jornada, compensando-a em outro momento com redução de mesmo percentual. Em 1996, a central voltou à carga com nova proposta, desta vez, acordada entre FIESP e SMSP, com o intuito de "legalizar" os contratos temporários. O "Contrato especial" de trabalho foi contestado pelo Tribunal Superior do Trabalho. Apesar da ilegalidade da medida, os metalúrgicos fecharam o acordo que incluía: redução de encargos patronais com o FGTS (isenção da multa de 40%, aumento do depósito de 8 para 10% – passível de saque, caso o empregado fosse demitido); garantia de férias, 13^o e abono de férias; "flexibilização" da jornada (entre 24 e 44 horas); e limite de contratação através deste "Contrato Especial" segundo o padrão das empresas. Encaminhada ao governo, a proposta acabou tornando-se o embrião da Lei nº 9.601/98 que instituiu o Contrato de Trabalho por Tempo Determinado. No final de 1998, o governo FHC instituiu, através da MP 1.726/98, a demissão temporária ou *lay-off*⁴. Este instrumento criava uma nova regulamentação para o momento da demissão, ao suspender o aviso prévio e adiar o pagamento dos encargos trabalhistas. A Força Sindical validou a demissão temporária, alegando que tal medida poderia melhorar a situação das empresas e minimizar a situação do trabalhador demitido temporariamente

⁴ A MP 1.726/98 estabeleceu a suspensão do contrato de trabalho por prazo indeterminado segundo a vontade da empresa, adiando o momento da dispensa efetiva. O trabalhador, durante o período de suspensão, receberia o seguro desemprego e uma bolsa **para participar de cursos de qualificação profissional**. Além disso, este período de suspensão não contaria para efeitos de aposentadoria, FGTS, 13^o e férias.

– já que ele poderia fazer cursos de qualificação e receber cesta básica durante o período.

O terceiro eixo da política neoliberal apoiado pela Força sindical é a redução de gastos sociais. A política neoliberal procura adequar os princípios doutrinários do liberalismo econômico às situações históricas concretas. Na impossibilidade de colocar em prática o pressuposto do Estado mínimo, a política neoliberal privatiza serviços sociais, tornando as atividades, até então públicas, aptas à acumulação e remuneração do capital.

No Brasil, os governos neoliberais se utilizaram de dois expedientes: 1) o estrangulamento do ensino superior público, bem como a expansão da rede privada de ensino e 2) a drástica redução dos investimentos nas áreas de saúde, educação, saneamento etc. No que diz respeito aos programas públicos de emprego, as verbas destinadas ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)⁵ – inicialmente previstos para custear o seguro-desemprego, o pagamento do abono salarial e programas de desenvolvimento econômico (através do BNDES) – têm sido retidas pelo Tesouro Nacional e remetidas para o oferecimento de cursos de qualificação profissional (Barbosa e Moretto, 1998). Qual a posição da central face às políticas sociais?

A Força Sindical, em seu Congresso de Fundação, dedicou atenção às questões sociais e, inclusive, conclamou seus filiados a realizar uma "campanha de lutas visando conquistas sociais, como forma de enfrentar e diminuir as desigualdades existentes" (Força Sindical, 1991: 45). As políticas de transporte, habitação, educação e saúde receberam propostas, mas com graus variados de intervenção do poder público. No caso da educação, por exemplo, é digno de nota que apenas a ampliação do ensino superior público tenha sido reivindicada. Por sua vez, quando suas lideranças defenderam a redução da esfera de intervenção do Estado e, conseqüentemente, as privatizações, clamavam pela redefinição de sua função social, na medida em que, com o dinheiro arrecadado nos leilões, o Estado poderia investir mais em educação, saúde, emprego e renda. Este discurso é, entretanto, ambíguo.

Em seu livro-programa, afirma-se que na área social o Estado tem "criado um terreno fértil para o desperdício, a corrupção, o desvio dos benefícios da clientela-alvo, a má distribuição do gasto entre investimento e custeio (como na educação), a

⁵ O FAT, criado pela Lei 7.998/90, constitui um fundo público destinado a custear políticas de emprego e renda (Cf. Barbosa e Moretto, 1998).

tecnificação excessiva e a utilização desproporcional de equipamentos" (Força Sindical, 1993: 69). Para solucionar estes problemas crônicos – corrupção e desperdício –, a gestão dos recursos públicos deve ser modificada e adaptada aos critérios empresariais e de mercado. Desta forma, a central defende a descentralização das políticas sociais e a introdução de novas formas de gestão e de participação da sociedade civil: uma espécie de privatização "branca". Se esta privatização não pode ser total, cabe, em nome da soberania do consumidor, da eficiência e da liberdade individual, as seguintes iniciativas: 1) criar parcerias; 2) substituir o Estado por sindicatos, ONGs etc, na oferta dos serviços públicos, criando os "serviços públicos não estatais".

Se o discurso da Força Sindical é ambíguo, sua prática não deixa dúvidas quanto à defesa da privatização dos serviços sociais. Além de ter sido omissa na denúncia da redução de gastos, a central cresceu, em grande medida, ao assumir funções sociais relegadas pelo Estado, entre as quais se destaca a da qualificação profissional.

Educação Profissional no Contexto neoliberal

Os estudos sobre sindicalismo evidenciam que historicamente há diferentes expectativas e demandas dos sindicatos operários em relação à educação. Ora os sindicatos reivindicam educação escolar, ora educação extra-escolar; ora formação política ora qualificação profissional. Segundo Manfredi (1996), as primeiras iniciativas de educação sindical remontam à Primeira República, quando algumas associações de orientação anarquista lançaram uma proposta educativa em três níveis: educação político-sindical, educação básica e cultura geral. Na década de 1940, o tema da educação voltou à ordem do dia dos sindicatos e os anseios se dirigiam, de um lado, para a criação de uma Universidade Popular (Partido Socialista Brasileiro) e, de outro, para a formação política no âmbito dos próprios sindicatos (Partido Comunista Brasileiro). Nos anos de 1970, mais precisamente na conjuntura de surgimento do chamado "novo sindicalismo", inúmeros sindicatos criaram seus departamentos de educação e cultura, evidenciando que, além de uma bandeira, a formação sindical deveria ser uma tarefa dos próprios sindicatos. Supondo que o aumento da participação sindical dependeria da educação política do trabalhador, os sindicatos – que alguns anos depois fundariam a CUT – passaram a oferecer educação sindical, entendida naquele momento como formação política não escolar. Mas não apenas. O estudo de Manfredi sobre os metalúrgicos de São Bernardo – berço do novo sindicalismo e baluarte da CUT

– mostra que, para atrair os próprios trabalhadores no início da década de 1970, as lideranças implantaram cursos de “capacitação” de caráter profissionalizante extra-escolar (através de convênios com o SENAI) e cursos supletivos (também conhecidos, à época, como madureza). Segundo Paranhos, as lideranças sindicais de São Bernardo compreendiam que a educação operária envolveria “aspectos políticos e culturais que buscam promover a dignidade dos trabalhadores como cidadãos” (1999: 162). No final da década de 1970, os cursos de educação sindical tinham, além do propósito de atrair, a função de formar politicamente os trabalhadores para compor as comissões de fábrica. Além disso, o sindicato de São Bernardo procurava garantir a educação profissional dos trabalhadores por meio de convênios com o SENAI. Enfim, o que se destaca da experiência educacional dos sindicatos nos anos de 1970 e 1980 é a concepção de que caberia aos sindicatos formar politicamente os trabalhadores, sem a pretensão de substituir a escola na formação básica e profissional dos trabalhadores.

A concepção de educação sindical mudou muito na década de 1990. No caso da CUT que abandona o sindicalismo de confronto (cujo pressuposto era a desigualdade entre capital e trabalho) e adota um sindicalismo propositivo e cidadão, a educação política é substituída pela qualificação profissional (Tumolo, 2002). A Força Sindical, defende, desde sua origem a parceria entre capital e trabalho e concebe a educação como garantia da empregabilidade do trabalhador. Apesar de estarem em campos políticos algo diferentes, ambas as centrais se aproximam nos anos de 1990, ao assumir que a qualificação profissional é a principal “arma de luta” política e ideológica contra o desemprego. Como este discurso é construído e difundido pela Força Sindical para suas bases?

Força Sindical e Qualificação profissional

Para compreendermos a concepção educacional da Força Sindical examinaremos alguns documentos, mais precisamente as resoluções e publicações dos Congressos nacionais e um texto interno difundido nos cursos para formação de dirigentes e delegados sindicais. Além destes documentos, analisaremos os discursos das lideranças 1990. Entre os documentos, tem especial destaque o livro-programa da Força Sindical, intitulado *Um projeto para o Brasil, a proposta da Força Sindical*, lançado oficialmente durante o 2º Congresso (1993), aprofundado no 3º Congresso (1997) e referendado no 4º (2001).

Na introdução do livro, faz-se um diagnóstico da situação econômica e propõe-se um conjunto de reformas para modernizar o País. Por que reformar? Segundo Medeiros, o fracasso do "socialismo real", as crises cíclicas do sistema capitalista, a crise das ideologias e a nova ordem mundial levaram ao esgotamento do modelo de desenvolvimento iniciado na era Vargas. As políticas econômicas intervencionistas, o Estado hipertrofiado e vulnerável a interesses "clientelistas", o parque industrial atrasado tecnologicamente e a centralização política eram os grandes responsáveis pela crise brasileira. Na década de 1980, este quadro teria se agravado com a promulgação da Constituição de 1988, que entravava a modernização do País. Vencer o corporativismo, o populismo, o fisiologismo, a ganância, a pernicioso promiscuidade entre a burocracia pública e os interesses privados, bem como a corrupção, eram os objetivos almejados com a proposta

A educação é um tema importante para entendermos o ideário da central. Para a Força Sindical, os problemas do ensino básico, sobretudo os altos índices de repetência e fracasso escolar, constituem, além de um entrave ao desenvolvimento, um desperdício de recursos públicos. Segundo a Central, os gastos em educação no Brasil não diferem de países como Coréia, Formosa e Hungria. Mas, diferentemente destes países, o desempenho dos alunos é, no Brasil, muito inferior. Concluem que o problema no País não é falta de recursos públicos, mas a má aplicação destes. "Não basta, pois, aumentar o montante de recursos investidos na área" sintetiza o livro-programa. Este diagnóstico da educação básica é acompanhado por propostas, entre as quais se destacam: financiamento por demanda, autonomia da gestão financeira da unidade escolar, estabelecimento de um custo mínimo por aluno, aumento das formas de controle de gastos e do desempenho pedagógico, implantação de um sistema de avaliação externa e publicização de resultados. O pressuposto destas propostas apresentadas pela Força Sindical é o da qualidade total e o das certificações para a educação. Mais precisamente, pressupõe-se que a escola deve ser regida pelos mecanismos do mercado: produção e gastos por demanda, administração financeira rígida, indicadores de qualidade vinculados à eficiência, otimização e produtividade. A escola pública de qualidade é, para a Força Sindical, a escola enxuta.

A educação profissional é, nesta proposta, subtraída à função de qualificação profissional. Esta, por sua vez, assume um papel instrumental, na medida em que é condição para a "modernização" da economia e para o desenvolvimento do País. Deve,

pois, responder às necessidades do mercado de trabalho, da reestruturação produtiva e da modernização tecnológica. Na visão da central, a escola é entendida como um espaço de conformação técnica e política da força de trabalho, que deve ser capaz de operar as tecnologias transferidas dos Países desenvolvidos (Souza, 2000). Em outro âmbito, a qualificação profissional é pensada a partir do conceito de empregabilidade (conceito desdobrado da teoria do capital humano), ou seja, como condição para o "ingresso, a permanência e o reingresso dos trabalhadores no mercado de trabalho" – o que deveria levar os sindicatos a lutar pela garantia de elaboração, "implantação e execução de uma política pública de educação profissional vinculada a políticas de emprego e a políticas regionais de desenvolvimento - regionais e setoriais" (*apud* Manfredi, 2002: 269). A qualificação profissional é vista como a arma que sindicatos (na condição de formadores) e trabalhadores têm para enfrentar as mudanças tecnológicas, as novas formas de contratação e o desemprego.

Ao conferir uma função instrumental à educação profissional, a Força Sindical contribui para difundir o discurso meramente ideológico da empregabilidade. Este discurso supõe que o acesso ou permanência ao mercado de trabalho depende da capacidade individual do trabalhador, cabendo-lhe voltar aos bancos escolares, realizar os cursos de qualificação e se manter atualizado. O caráter meramente ideológico deste discurso, advém dos pífios resultados alcançados com os programas de qualificação e requalificação profissional desenvolvidos no Brasil⁶.

Durante o 3º Congresso, realizado em 1997, a proposta educacional da Força Sindical assume um contorno mais definido. Sob o efeito do desemprego em sua principal base e criticando a política de abertura econômica, a Central proporá a retomada do crescimento econômico vinculada à desvalorização cambial, a diminuição dos juros, o aumento dos gastos na área social, a redução da jornada de trabalho de 44 para 36 horas. Uma das propostas que ganha, contudo, maior visibilidade e que se torna bandeira do principal órgão de divulgação do sindicato – *Jornal O Metalúrgico* – é a oferta de cursos de qualificação profissional.

Outro documento importante para compreendermos a posição da Força Sindical é o texto intitulado “Relações capital e trabalho”, difundido nos cursos de formação política. Este documento apresenta um diagnóstico do desemprego e destaca o papel dos

⁶ Segundo pesquisa realizada pela Rede Unitrabalho, apenas 11% dos trabalhadores que cursaram programas de formação, em 1996, conseguiu se inserir no mercado de trabalho (Cf. Segnini, 2000).

sindicatos na luta salarial. O texto avalia que, com o “fim do fordismo, o trabalhador é cada vez mais instado a desempenhar múltiplas tarefas dentro da fábrica e ter total conhecimento do processo produtivo”. Para tanto é necessário que o trabalhador seja “mais qualificado e consciente de sua importância dentro do processo produtivo”. Trabalhador mais consciente é – ressaltava o documento – “o trabalhador preocupado com a qualificação para não perder seu emprego e não aquele trabalhador que só se preocupa com reajuste salarial no final do mês”. Diante de um novo quadro de queda da inflação e de abertura comercial, há questões mais graves que devem ser pauta das negociações entre patrão e empregado. O documento afirma que a “substituição do homem pela máquina” e o processo de “globalização” são inexoráveis. As tarefas mais simples e mecânicas serão – sublinha o documento – as primeiras a serem substituídas pelas máquinas. Permanecerão as tarefas mais complexas e que exigem, em algum grau, tomada de decisão por parte do trabalhador. “Somente o trabalhador preparado e qualificado sobreviverá à nova estrutura produtiva”, adverte.

Além de modificar o mercado de trabalho, “a globalização” também altera as relações entre capital e trabalho. Poder-se-ia pressupor – destaca o documento – que se a mão-de-obra perde importância no processo produtivo, o capital prevalecerá e submeterá o trabalho à sua lógica. Essa, porém, “não é uma verdade absoluta”. Evidente que o trabalho fica em uma situação desfavorável diante dessa realidade. Porém, a parcela de mão-de-obra que não pode ser sumariamente substituída na reestruturação se torna qualitativamente importante para todo o processo. Torna-se mais capaz de dialogar e defender seus interesses. Por isso, a relação entre patrões e empregados tem que ser pautada pelo constante diálogo, conclui.

Os trabalhadores que perderam seus empregos “deverão se organizar para tentar reverter a situação. Através do sindicato, dos órgãos governamentais ou particularmente deverão voltar aos bancos escolares para submeterem-se a uma requalificação profissional e voltar ao mercado de trabalho”.

A difusão da ideologia da empregabilidade

Como afirmamos, o crescimento do desemprego, da informalidade e a queda na renda do trabalhador, se, por um lado, levou ao incremento da prática grevista e

reivindicativa do SMSP, por outro, criou um campo fértil para que se disseminassem propostas de flexibilização e de qualificação profissional. O papel das lideranças na propagação desta concepção é importante, já que ajuda a difundir a ideologia da empregabilidade. As lideranças da central, desde os documentos iniciais, condicionavam o crescimento econômico e a geração de empregos à qualificação profissional e a mudanças na legislação tributária (desonerar o capital produtivo) e trabalhista (flexibilizar as relações de trabalho). Foi com esta concepção que o SMSP implantou contratos flexíveis, em alguns momentos de forma ilegal em sua base, antes, até, que eles se tornassem oficiais. A articulação entre educação e desenvolvimento é tão orgânica que, no caso da *lay-off*, ou demissão temporária, o trabalhador deveria freqüentar os cursos de qualificação oferecidos pelo sindicato no período em que seu contrato estivesse suspenso.

Nas entrevistas, evidencia-se uma visão de que o desemprego é inexorável e irreversível – posição que converge com a ideologia teórica neoliberal, segundo a qual o desemprego é um dado natural.

“(…) Esse pessoal vem numa expectativa muito grande, existe um número de vagas muito interessante, até para ser oferecida, mas o nível de qualificação do trabalhador está tão baixo que também as empresas entraram muito rapidamente nesta onda de (...) de repente [dizer que] o trabalhador brasileiro tinha que ter segundo grau completo, nível universitário, de forma muito rápida e a grande maioria dos trabalhadores não conseguiu acompanhar isso” (Marco Motta, diretor de formação sindical da Força Sindical, ago. de 2000).

A partir de 1997, com a explosão do desemprego, cria-se o Centro de Solidariedade ao Trabalhador, que se transforma em agência de empregos (intermediação de mão-de-obra) e escola profissionalizante: "com a globalização, o mercado torna-se mais competitivo e exigente em relação à formação profissional e ao grau de escolaridade dos trabalhadores. Por isso, queremos preparar os nossos associados para que eles possam enfrentar esta nova realidade e garantir seus empregos", afirma Paulo Pereira da Silva (o Paulinho), então presidente da Força Sindical. Em 1999, ano de maior pico do desemprego, o SMSP multiplica a oferta de cursos de qualificação e difunde a visão de que a "modernização" e o emprego exigem maior qualificação profissional. Adotando um discurso ameaçador, Paulinho vacitinava:

"sabemos que sem qualificação as pessoas não conseguem voltar a trabalhar"⁷. Também era essa a percepção de uma das lideranças entrevistadas, segundo a qual, para mudar o quadro de desemprego, a solução era a qualificação profissional:

"Eu acredito que um dia, nós vamos mudar esse quadro. (...) Para isso você precisa de uma qualificação, porque esses trabalhadores que estão em uma área industrial, eles não tem hoje condições de trabalhar numa área de telecomunicações porque eles não têm qualificação para isso. Então eu acho que o caminho é requalificação, para que você possa criar condições para ter uma disputa de vagas no mercado" (José da Silva, assessor do SMSP, ago. de 1998).

Em nossa pesquisa, o desemprego aparece, de fato, como o elemento conjuntural decisivo. Os metalúrgicos entrevistados responsabilizam a política econômica, a corrupção e as privatizações pelo crescimento do desemprego e o governo como o principal responsável⁸. Se a concepção segundo a qual o governo é o principal responsável pelo desemprego predomina entre os pesquisados, para efeito de nossa análise, a incidência de respostas que responsabilizam o próprio trabalhador pelo desemprego não deve ser desconsiderada. Vejamos o depoimento de dois metalúrgicos.

"O problema, eu acho que emprego existe, o que não existe é qualificação. Muita gente sem estudo. Muita gente sem ter muito o que oferecer, às vezes não basta boa vontade para trabalhar, você não tem conhecimento técnico esse é o problema do desemprego, em grande parte."

"Eu acho que o motivo principal é a formação de pessoas. Eu acho que emprego tem até um certo número. O que não tem é pessoal para atender às necessidades do mercado. Existe um número de empresas que não é suficiente para todo mundo, mas acho que se o pessoal tivesse uma formação necessária, esse desemprego seria bem menor. Eu acho que é falta de formação."

Conclusão

Procuramos, neste texto, discutir as concepções disseminadas pelo sindicalismo brasileiro, em especial pela Força Sindical, acerca da educação profissional.

⁷ Discurso de Paulinho, durante assembléia realizada, em São Paulo, fev. de 2000.

A história da educação sindical evidencia que a educação assume, na década de 1990, uma função estratégica na dominação política e ideológica neoliberais. Se por um lado a CUT vem abandonando a perspectiva de que a educação é fundamental na conscientização dos trabalhadores de sua condição de classe, por outro, a Força Sindical passa a apoiar a política neoliberal de redução dos gastos públicos e a difundir a ideologia da empregabilidade.

Para esta central, a educação profissional se reduz à qualificação do trabalhador, que é, por sua vez, entendida como condição necessária para entrada e manutenção do trabalhador no mercado de trabalho. A qualificação profissional tem, portanto, uma função apenas instrumental e um sentido político de conformação e conciliação de classe.

A ideologia da empregabilidade, vulgarizada pela Força Sindical, é a base da principal política de emprego implementada no Brasil nos anos de 1990. Esta ideologia incute no trabalhador a idéia de que sem, ou com baixa, qualificação não há empregos. A ideologia da empregabilidade é duplamente perversa: primeiramente, ela mascara a realidade ao pressupor a existência de postos de trabalhos vagos, que aguardariam apenas a qualificação de trabalhadores para serem preenchidos. Em segundo lugar, ela responsabiliza o próprio trabalhador por sua formação, culpando-o por não ter continuado seus estudos e por não ter procurado se aperfeiçoar, quando na realidade, o sistema de ensino no Brasil tem sido historicamente excludente e o nível de exploração da força de trabalho – jornadas extensas, horas extras – desgastante.

Para os governos neoliberais, tanto melhor se os sindicatos passam a assumir funções sociais e atuar nas brechas do Estado, já que assim eles deixam de lado a luta pela universalização dos direitos, conciliam com as políticas neoliberais e, por isso, acabam abandonando a perspectiva de uma luta sindical classista.

⁸ Pesquisa realizada com metalúrgicos de São Paulo, em 1998.

BIBLIOGRAFIA

- BARBOSA, Alexandre de Freitas e MORETTO, Amilton. *Políticas de emprego e proteção social*. São Paulo: ABET, 1998.
- BOITO Jr. Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.
- BOITO Jr.. Armando et alli. Dossiê – Neoliberalismo e Lutas Sociais. *Revista Idéias*, vol. 9, nº 1. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp, 2002.
- DIEESE. "As negociações coletivas no Brasil". São Paulo, 2001(a).
- FORÇA SINDICAL. *Um projeto para o Brasil – a proposta da Força Sindical*. São Paulo: Geração Editorial, 1993.
- IBGE. "Sindicato - indicadores sociais, 2001". Brasília: Ministério do Planejamento, orçamento e Gestão, 2003.
- MARTINS RODRIGUES, Leôncio e CARDOSO, Adalberto Moreira. *Força Sindical – uma análise sócio-política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- MARTINS RODRIGUES, Leôncio. *O destino do sindicalismo*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1999.
- VISSER, J. "Syndicalisme et désyndicalisation". *Le mouvement social*, Editions ouvrières, no. 162, jan, 1993.
- MANFREDI, Silvia Maria. *Educação profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. *Formação sindical no Brasil: história de uma prática cultural*. São Paulo: Escrituras Editora, 1996.
- NORONHA, Eduardo. "A explosão das greves nos anos 80". In: BOITO JR., Armando. (org.) *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. São Paulo: Paz e Terra, 1991, p. 93-136.
- PARANHOS, Kátia. "Educação sindical em São Bernardo nos anos setenta e oitenta". *Revista Sociologia e política*, nº 13, novembro de 1999, p. 153-174.
- SANDOVAL, Salvador. *Os trabalhadores param – greves e mudança social no Brasil (1945– 1990)*. São Paulo: Ática, 1994.

SEGNINI, Liliana R. P. "Educação e trabalho, uma relação tão necessária quanto insuficiente". *São Paulo em Perspectiva*. Vol. 14, no. 2 abr./jun. de 2000, p. 72-81.

SOUZA, José dos Santos. "Concepções e propostas da CUT e da Força Sindical para a educação brasileira - anos 90". In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.) *Educação e Política no limiar do século XXI*. Campinas: Autores Associados, 2000.

SMSP. Relação capital e Trabalho, mimeo, s/d(b).

_____. "A adesão da Força Sindical ao neoliberalismo". *Idéias*, vol. 9, nº 1. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp, 2002, p. 155–202.

TUMOLO, Paulo. *Da contestação à confrontação – a formação sindical da Cut e a reestruturação capitalista*. Campinas: Editora Unicamp, 2002.